



Muitas coisas não ousamos empreender por parecerem difíceis; entretanto, são difíceis porque não ousamos empreendê-las.
Sêneca

Quarto mês seguido de novo endividamento recorde chama atenção para o Desenrola

O volume de consumidores brasileiros com dívidas a vencer atingiu uma nova máxima histórica em abril, pelo 4º mês seguido, alcançando 80,9% das famílias. O dado, apurado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), revela mais um avanço em sequência, superando o recorde de 80,4%, registrado em março. É uma alta expressiva frente aos 77,6% observados em abril de 2025. O novo recorde da série histórica ocorre em um momento de mobilização e atenção do setor público em relação ao tema, com a articulação do programa Desenrola 2.0.

Adesão de grandes bancos

No momento, quatro dos maiores bancos privados do país já aderiram ao programa, sendo eles: Itaú, Bradesco, Nubank e Santander. O Banco do Brasil informou que 1.807 renegociações foram realizadas apenas no primeiro dia do programa, na quarta-feira passada. As operações somam um montante de cerca de R\$ 3 milhões.



QUEM PODE PARTICIPAR E TIPOS DE DÍVIDAS

- » Renda mensal de até **R\$ 8.105** (equivalente a cinco salários-mínimos);
- » Dívidas bancárias em atraso entre 91 e 720 dias;
- » Contratos firmados até 31 de janeiro de 2026;
- » Débitos como cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal (sem consignação), inclusive aqueles decorrentes de consolidação de dívida.

Mecanismos de renegociação

Para o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, os indicadores da Peic reafirmam a importância do debate sobre o custo do crédito para os diferentes setores da sociedade. “É preciso garantir que os mecanismos de renegociação evitem que esse endividamento aprofunde ainda mais a crise de liquidez das famílias.”



ANÁLISE POR FAIXA DE RENDA

O endividamento, segundo pesquisa da CNC, cresceu em todas as faixas salariais, mas a pressão sobre o orçamento é mais nítida nas camadas de menor renda.

- » As famílias que ganham até três salários mínimos registram o maior nível de endividamento (83,6%) e o maior índice de contas em atraso (38,2%).
- » No grupo com renda entre três e cinco salários mínimos, o endividamento está em 82,8%, mas houve um alívio na inadimplência, que recuou para 28,0% em abril.
- » Já entre as famílias com ganhos entre cinco e 10 salários-mínimos, o endividamento alcança 80,1%, com 22,7% de inadimplência.
- » Por fim, o grupo com renda superior a 10 salários-mínimos apresenta os menores índices, com 70,8% de endividados e apenas 15,0% de inadimplência, mantendo o maior recuo anual nesse indicador.

1ª edição do Brasil US Industry Day

O encontro entre Lula e Donald Trump na Casa Branca, na semana passada, parece ter conseguido desarmar um ataque tarifário dos Estados Unidos ao Brasil. E a indústria nacional está otimista. Em meio às movimentações no comércio global, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Câmara de Comércio dos Estados Unidos realizam, hoje, em Nova York, a primeira edição do Brasil-U.S. Industry Day. Reforçando a importância da parceria bilateral, o evento reunirá 500 lideranças empresariais, investidores e autoridades governamentais para debater a agenda prioritária e comum da indústria, como financiamento, minerais críticos, energia, saúde e tecnologias digitais. Essa é a primeira vez que o setor reúne representantes dos dois países na Brazilian Week — tradicional agenda de líderes globais para debater oportunidades econômicas e de investimentos.



Principal mercado da indústria de transformação

A cada R\$ 1 bilhão exportado aos EUA foram criados 24,3 mil empregos e movimentados R\$ 531,8 milhões em massa salarial e R\$ 3,2 bilhões em produção, em 2024. Nas transações comerciais, os EUA seguem como principal destino das exportações brasileiras da indústria de transformação, segmento que concentra mais de 80% das vendas ao mercado norte-americano. Os EUA são o maior investidor no Brasil, com estoque de US\$ 232,8 bilhões em 2024, enquanto empresas brasileiras estão em 23 estados norte-americanos.

Mais brasileiros sonham em ser empreendedores

Ter o próprio negócio foi o segundo sonho mais citado pelos brasileiros em 2025, atrás apenas do desejo de ter casa própria, que se mantém como o mais citado. De acordo com a pesquisa Monitor Global de Empreendedorismo (Global Entrepreneurship Monitor – GEM 2025), realizada no Brasil pelo Sebrae, a vontade de ser dono de uma empresa registrou maior crescimento no ano passado (6 p.p.) na comparação com a edição de 2024, passando da 3ª para a 2ª posição, com 40% das menções. O desejo de empreender ficou à frente de sonhos como “Viajar pelo Brasil” (37%), que estava na segunda colocação em 2024; “Viajar pelo exterior” (36%), “Comprar um automóvel” (32%) e “Ter diploma de nível Superior” (25%). A segunda colocação do sonho de ser dono do próprio negócio, alcançada em 2025, repete o melhor resultado registrado na série histórica em 2020 e 2022.

Ed Alves/CB/DA Press



Fazer a diferença no mundo

O principal impulso para o empreendedorismo segue sendo “fazer a diferença no mundo” (que alcançou a proporção de 76%, um ponto percentual a mais do que na edição anterior). As outras motivações identificadas na pesquisa são “construir grande riqueza” (69%) e “continuar a tradição familiar”, que obteve a maior proporção da série histórica, 46%, 11 pontos percentuais a mais que em 2024.

A pesquisa aponta que a escassez de emprego como motivação para abrir uma empresa teve a maior queda da série histórica do levantamento. Foi apontada como o maior motivador para abrir um negócio em 2019 (88%), 2020 (82%) e 2022 (82%). Na pesquisa de 2025, essa motivação registrou 71%.

CASO MASTER / Especialistas ouvidos pelo Correio analisam cenários e destacam que inconsistências jurídicas fragilizam alguns caminhos, enquanto outras soluções se mostram mais viáveis. Para eles, a securitização da dívida do GDF é saída viável

Opções do BRB para sair da crise

» MILA FERREIRA
» PAULO GONTIJO



Usar o FGC para garantir liquidez imediata e manter o banco operando, enquanto se prepara uma capitalização via mercado, pode resolver o problema

Melquezedech Moura,
professor de finanças do Ibmec e doutor em administração

Conforme se aproxima o prazo final para o Banco de Brasília (BRB) concluir a capitalização, que se encerra dia 29, a instituição financeira e o Governo do Distrito Federal (GDF) correm contra o tempo para colocar em prática as soluções para sair da crise. Especialistas ouvidos pelo Correio analisaram as opções do banco, entre elas, a securitização da dívida ativa do GDF e empréstimos com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), formado por bancos privados.

Economista, especialista em mercado financeiro e professor da Universidade de Brasília (UnB), César Bergo destaca a securitização da dívida como a melhor opção para o BRB neste momento. “O tempo é um fator importante. Esta opção surgiu recentemente apenas. Mas acredito que o GDF também pode fazer fundos imobiliários e fundos de direitos creditórios com os imóveis disponíveis na lei”, afirma.

Segundo o secretário de Economia do DF, Valdivino de Oliveira, a proposta consiste em transformar créditos futuros do governo em títulos negociáveis no mercado. De acordo com ele, a dívida ativa do DF hoje gira em torno de R\$ 52 bilhões, embora parte desse valor tenha recuperação considerada difícil. “Temos de 8% a 10% de fácil recebimento (que podem chegar a R\$ 4 bilhões)”, diz.

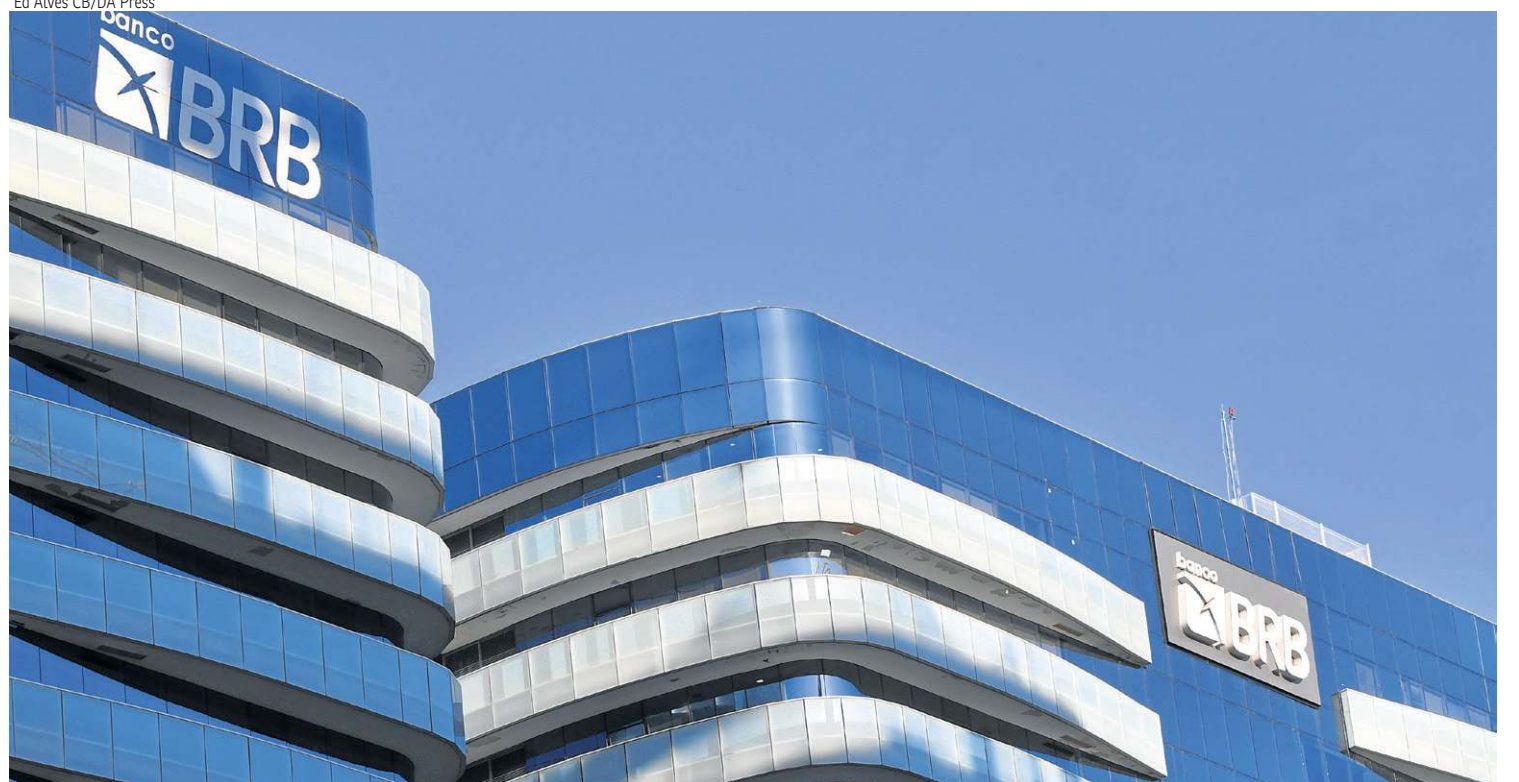
O secretário afirma que a securitização poderia ser somada a empréstimos via FGC para recompor perdas relacionadas às operações fraudulentas do BRB, em 2025, com o banco ligado a Daniel Vercaro. “Os dois (recursos de capitalização) se somam. O empréstimo no Fundo Garantidor e a securitização da dívida dariam um montante de recursos que o BRB perdeu com a

questão do Banco Master”, frisa.

Professor de economia do Ibmec Brasília, Renan Silva analisa que a securitização da dívida é uma opção que, embora complexa, possui base jurídica conhecida e instrumentos utilizados por outros entes federativos. “O mecanismo de securitização parte da lógica de que o governo identifica créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, seleciona um subconjunto com maior probabilidade de recuperação e, na sequência, estrutura uma operação via fundo ou empresa de propósito específico para ‘vender’ para o mercado o fluxo futuro desses recebíveis”, detalha.

“O governo não vende a dívida ativa em si, mas sim, o fluxo potencial de arrecadação futura, normalmente com algum tipo de prêmio de risco embutido. O investidor compra títulos lastreados nesses recebíveis, e o governo recebe recursos imediatos, ainda que com deságio. Eu acredito que, na prática, esse tipo de operação pode

Ed Alves CB/DA Press



O banco e o GDF correm contra o tempo em busca das soluções, já que o fim do prazo para a capitalização está próximo, em 29 de maio

levantar montantes significativos rapidamente, especialmente quando os créditos selecionados apresentam boa probabilidade de recuperação e quando o mercado está aberto ao risco subnacional”, explica Renan Silva.

Imóveis

Apesar de sancionada, a Lei nº 7.845/2026, que permita o uso de imóveis públicos do GDF como garantia para empréstimos tomados pelo BRB para capitalizar o banco, foi derrubada algumas vezes pela Justiça do DF e agora está dependendo de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à sua viabilidade.

“O GDF poderia fazer fundos imobiliários e fundos de direitos

creditórios com os imóveis. Nos ativos, por exemplo, da Terracap, que faz tanto financiamento de imóveis, de terrenos, podia antecipar esses recursos por meio de alguns fundos. Então, essa utilização imobiliária desses imóveis poderia ser feita, sim, considerando que mesmo o BRB recuperado, os valores continuariam a vir no futuro”, comenta César Bergo.

Fundo Constitucional

O GDF e o BRB estimam que um aporte de R\$ 6,6 bilhões, por meio do empréstimo junto ao FGC, seria suficiente para reequilibrar as contas da instituição. O principal entrave, porém, é a nota de Capacidade de Pagamento (Capag) do DF atualmente classificada como C pelo Tesouro

Nacional desde 2025. Para a operação ser autorizada, teria que estar com nota A ou B. Diante disso, seria necessário um aval extraordinário do Tesouro Nacional. No entanto, o Ministério da Fazenda permanece resistente quanto à ajuda.

Em entrevista recente, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, levantou a possibilidade de utilização do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) como garantia para uma eventual operação de crédito destinada a ajudar o BRB. Mas até o fechamento desta edição, o GDF não havia comentado essa possibilidade sugerida pelo ministro.

“A ideia de utilizar o Fundo Constitucional do Distrito Federal como garantia é sensível, pois envolve recursos com destinação específica,

como segurança pública e serviços essenciais, e pode gerar questionamentos constitucionais relevantes, com alto risco de judicialização”, pontua o professor de finanças do Ibmec e doutor em administração Melquezedech Moura.

Em síntese, Melquezedech avalia que o melhor caminho para salvar o BRB é um plano integrado. “Usar o FGC para garantir liquidez imediata e manter o banco operando, enquanto se prepara uma capitalização via mercado, especialmente por meio da venda de ações, pode resolver de forma definitiva o problema. Esse arranjo é o mais eficiente do ponto de vista econômico, o mais seguro do ponto de vista jurídico e o menos oneroso para o contribuinte”, salienta.